
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA IDIBRA
PARTICIPAÇÕES S.A.**

ENTRE

IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO

E

MARIA CONSUELO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO

**DATADO DE
17 DE JULHO DE 2015**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

(1) IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116, Km 18, s/n, 1º andar, Jaboti, CEP 61760-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 06.258.768/0001-46, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, pelo seu Diretor Presidente, Sr. Francisco Ivens de Sá Dias Branco ("**Emissora**");

Como agente fiduciário representando a comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional ("**Debenturistas**" e "**Debêntures**", respectivamente), que será objeto de distribuição pública com esforços restritos ("**Emissão**" e "**Oferta Restrita**", respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como "**Oferta Restrita**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente);

(2) PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, pelo seu Gerente de Estruturação, Pedro Henrique Ribeiro de Oliveira de Brito e Silva ("**Agente Fiduciário**");

Como fiador,

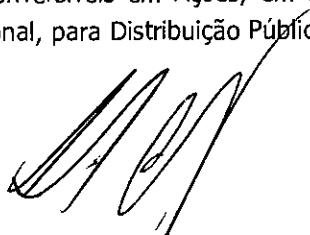
(3) FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO, brasileiro, empresário, casado, portador da cédula de identidade RG nº 64.035 SPSP-CE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº 000.165.433-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado de Ceará, na Avenida Beira Mar, nº 3500, apartamento nº 1600, bairro Meireles, CEP 60165-121 ("**Fiador**");

E, exclusivamente para os fins do disposto no artigo 1.647, III do Código Civil (conforme definido abaixo),

(4) MARIA CONSUELO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO, brasileira, empresária, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 2003002213040 SSP-CE, inscrita no CPF/MF sob o nº 272.898.853-68, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar, nº 3500, apartamento nº 1600, bairro Meireles, CEP 60165-121 ("**Cônjuge Anuente**").

Vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços

Ana Lúcia
Ana Lúcia C. de Matos
OAB/CE 19.474



Restritos, da Idibra Participações S.A." ("**Escritura de Emissão**"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Oferta Restrita e a celebração da presente Escritura de Emissão serão realizadas com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de julho de 2015 ("**AGE**"), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Oferta Restrita será realizada com observância dos requisitos abaixo:

2.1.1. Arquivamento e Publicação

2.1.1.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("**JUCEC**") e publicada no (i) Diário Oficial do Estado do Ceará, e (ii) jornal "O Estado", nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura de Emissão

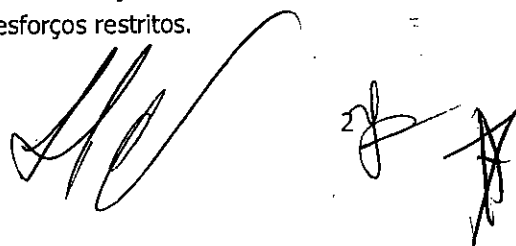
2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos ("**Aditamentos**") deverão ser inscritos na JUCEC, de acordo com o disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora entregará 1 (uma) via original registrada da presente Escritura de Emissão e eventuais Aditamentos ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data da efetiva realização dos referidos registros.

2.1.2.2. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, a presente Escritura de Emissão será também registrada, a expensas da Emissora, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Eusébio e Fortaleza, ambas no Estado do Ceará, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua assinatura. A Emissora entregará 1 (uma) via original registrada da presente Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) Dias Úteis, contados da data da efetiva realização de referidos registros.

2.1.3. Dispensa Automática de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.3.1. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos.

Ana Lúcia
Ana Lúcia C. de Matos
OAB/CE 19.474



2.1.3.2. Apesar do quanto disposto no parágrafo primeiro, inciso (i) e parágrafo segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", em razão da inexistência de diretrizes específicas para tanto pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 9º do referido código, a Oferta Restrita não será objeto de registro na ANBIMA.

2.1.4. Registro para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição pública com esforços restritos no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.9.1 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social (a) a construção civil, a incorporação imobiliária, a compra e venda de bens imóveis, o loteamento de glebas de terra; (b) a administração de bens próprios, sua locação e arrendamento; (c) a representação por conta própria e o comércio atacadista de máquinas, equipamentos, ferramentas e insumos empregados na indústria da construção civil, importados diretamente ou adquiridos no mercado interno; (d) a locação de máquinas, equipamentos e ferramentas empregados na indústria da construção civil; (e) a participação no capital de outras sociedades, podendo ou não exercer o seu controle societário, tendo as empresas investidas objeto social correlato ao desta sociedade, ou não; e (f) o comércio e a indústria de produtos alimentícios, especialmente massas e biscoitos.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Para todos os fins, esta é a segunda emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

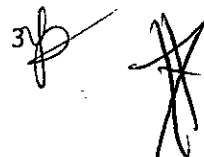
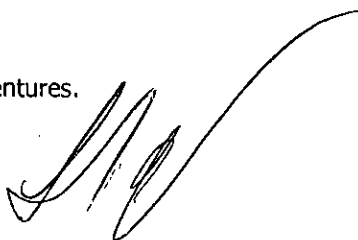
3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Montante Total da Emissão

3.4.1. O montante total da Emissão será de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.



3.6. Banco Liquidante

3.6.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/4816-09 ("**Banco Liquidante**").

3.7. Escriturador Mandatário

3.7.1. O escriturador mandatário das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("**Escriturador Mandatário**").

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da presente Emissão serão destinados (a) ao financiamento do capital de giro da Companhia; e (b) à realização de investimentos pela Companhia.

3.8.2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário os documentos que forem necessários para comprovar a aplicação dos recursos obtidos por meio da presente Emissão na forma do disposto na Cláusula 3.8.1 acima.

3.9. Restrição para Negociação

3.9.1. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme termo abaixo definido), nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.10. Procedimento de Distribuição

3.10.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de melhores esforços, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenador Líder**"), nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, com Garantia Fidejussória Adicional, sob o Regime de Melhores Esforços, da Segunda Emissão da Idibra Participações S.A." ("**Contrato de Distribuição**"), tendo como público alvo os Investidores Qualificados.

3.10.2. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "**Investidores Qualificados**" os referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais),

observado que fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Distribuição.

3.10.3. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. O Coordenador Líder poderá acessar até no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.10.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

3.10.5. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.10.6. A Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 2º, parágrafo único, da Instrução CVM 476.

3.10.7. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (conforme termo definido abaixo) ("**Valor Nominal Unitário**").

4.1.2. Data de Emissão

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 17 de agosto de 2015 ("**Data de Emissão**").

4.1.3. Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 17 de agosto de 2018 ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo e vencimento antecipado previstas nesta Escritura de Emissão. Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo de seu Valor Nominal

Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme termo definido abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.1.4. Forma e Emissão de Certificados

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.6. Conversibilidade

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7. Espécie

4.1.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e contarão com garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1.8. Participação nos Lucros

4.1.8.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

4.2. Subscrição e Direito de Preferência

4.2.1. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo a partir do início de sua distribuição, até o término do prazo de distribuição, em observância ao plano de distribuição acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição, bem como as disposições da Instrução CVM 476, observado o disposto na Cláusula 3.10.2 e 3.10.3 acima. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.2.2. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. Juros Remuneratórios

4.5.1.1. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP (“Taxa DI” e “Juros Remuneratórios”, respectivamente). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento. Os Juros Remuneratórios serão pagos na Data de Vencimento ou na data em que for liquidado o evento de Repactuação, sendo certo que, nesse último caso, serão pagos os Juros Remuneratórios apenas aos Debenturistas que exercerem a Opção de Não Repactuação (conforme definido abaixo) e em relação às Debêntures objeto da Opção de Não Repactuação, conforme Cláusula 4.6.4 abaixo, sem prejuízo das hipóteses de resgate antecipado facultativo, prevista na Cláusula 4.11 desta Escritura de Emissão, e de vencimento antecipado, previstas na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos na respectiva Data de Pagamento de Juros Remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = produtório dos fatores das Taxas DI-Over da Data de Emissão, inclusive, até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

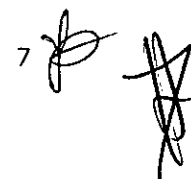
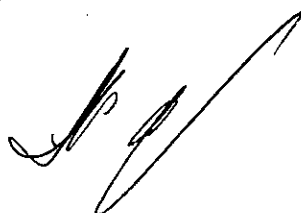
$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

n = número total de Taxas DI-Over, sendo “n” um número inteiro;

p = 110,00 (cento e dez inteiros);



TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.5.1.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo), em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.5.1.3, para os Debenturistas definirem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizada a última Taxa DI conhecida até a data da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.4. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada e será cancelada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo, como fator de correção das Debêntures, a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.5. Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures, sem qualquer tipo de ônus, sobretaxa pelo resgate antecipado, multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 20 (vinte) Dias Úteis a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, conforme definido acima. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.5.2. Ausência de Novação

4.5.2.1. O Fiador desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.5.1.2 a 4.5.1.5 acima, bem como na Cláusula 4.6 abaixo, declarando que o disposto nas referidas cláusulas não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), mantendo-se a garantia válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima ou abaixo previsto, conforme o caso, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. O Fiador desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nesta cláusula, incluindo as obrigações previstas nas Cláusulas 4.5.1.2 a 4.5.1.5 acima e na Cláusula 4.6 abaixo.

4.6. Repactuação

4.6.1. A Emissora, por meio da assembleia geral de seus acionistas, deverá deliberar sobre as condições da repactuação das Debêntures, para o fim de adequar a remuneração das Debêntures às condições de mercado ("**Condições de Repactuação**"), conforme verificado pela Emissora ao final de cada Período de Repactuação ("**Repactuação**").

4.6.1.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, define-se "**Período de Repactuação**" como sendo o intervalo de tempo de 12 (doze) meses que se inicia na Data de Emissão e termina em 17 de agosto de 2016, no caso do primeiro Período de Repactuação, e, para os demais Períodos de Repactuação, o intervalo de tempo que se inicia no dia do término do

Período de Repactuação imediatamente anterior e termina 12 (doze) meses após o término do Período de Repactuação imediatamente anterior ou na Data de Vencimento, conforme o caso. Cada Período de Repactuação sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, a cada 12 (doze) meses, contados da Data de Emissão.

4.6.2. As Condições de Repactuação deverão ser deliberadas pela assembleia geral de acionistas da Emissora com, pelo menos, 10 (dez) Dias Úteis de antecedência de cada data de Período de Repactuação.

4.6.2.1. As Condições de Repactuação aprovadas após o prazo indicado na Cláusula 4.6.2 acima, ou seja, depois do início do próximo Período de Repactuação, ou não informadas no prazo e na forma indicada na Cláusula 4.6.3 abaixo, serão válidas apenas para o Período de Repactuação seguinte.

4.6.2.2. O disposto na Cláusula 4.6.2.1 acima não afeta o direito de venda dos Debenturistas indicado na Cláusula 4.6.4 abaixo, por meio do exercício da Opção de Não Repactuação (conforme definido abaixo), ou o direito dos Debenturistas de declarar vencidas antecipadamente as obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.6.3. A Repactuação, assim como as respectivas Condições de Repactuação, deverão ser informadas, pela Emissora, aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, em até 1 (um) Dia Útil contado da realização da assembleia geral que deliberar pelas Condições de Repactuação de cada Repactuação.

4.6.3.1. A comunicação indicada na Cláusula 4.6.3 acima deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) novos parâmetros para a remuneração das Debêntures, que vigorarão a partir da próxima Repactuação; (ii) o prazo máximo para os Debenturistas se manifestarem, à Emissora, sobre a Repactuação, nos termos da Cláusula 4.6.4 abaixo e na forma prevista na Cláusula 4.6.4.1 abaixo, desde que tal prazo seja igual ou inferior a 5 (cinco) dias; e (iii) as Condições de Repactuação.

4.6.3.2. A ata da assembleia geral da Emissora que deliberar sobre as Condições de Repactuação deverá ser arquivada na JUCEC e publicada, nos termos da Cláusula 2.1.1 desta Escritura de Emissão.

4.6.4. Aos Debenturistas que não concordarem com as Condições de Repactuação, nos termos aprovados na assembleia geral da Emissora referida na Cláusula 4.6.2 acima, será garantido o direito de não aderir à Repactuação, observados os termos da Cláusula 4.6.4.2 abaixo ("**Opção de Não Repactuação**").

4.6.4.1. A manifestação dos Debenturistas acerca da Opção de Não Repactuação (i) seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, para Debêntures custodiadas eletronicamente; ou (ii) será realizada por escrito diretamente à Emissora, nos termos da Cláusula 9.1 abaixo, para

Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente pela CETIP. Os Debenturistas terão entre o nono e o quarto Dia Útil anterior a data de início de cada Período de Repactuação, qual seja 17 de agosto de cada ano, para manifestar sua Opção de Não Repactuação, independente de realização ou de divulgação, pela Emissora, de assembleia geral.

4.6.4.2. A Emissora adquirirá as Debêntures dos Debenturistas que exercerem a Opção de Não Repactuação, sem qualquer tipo de ônus, sobretaxa pela aquisição, multa ou prêmio de qualquer natureza, no último dia do Período de Repactuação em questão, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, conforme previsto na Cláusula 4.5.1. acima. O respectivo pagamento deverá ocorrer na data do término do período de cada Repactuação, qual seja, dia 17 de agosto do ano em que a Repactuação ocorrer.

4.6.5. A Emissora se obriga a adquirir a totalidade das Debêntures objeto de Opção de Não Repactuação, de titularidade dos respectivos Debenturistas que não concordarem com as Condições de Repactuação e tiverem assim se manifestado, nos termos da Cláusula 4.6.4 acima.

4.6.6. As Debêntures adquiridas pela Emissora em decorrência do exercício de Opção de Não Repactuação deverão ser canceladas pela Emissora.

4.6.7. Após toda e qualquer Repactuação, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão celebrar um Aditamento, para refletir os ajustes realizados em consequência da Repactuação, sem a necessidade de aprovação do referido Aditamento em Assembleia Geral de Debenturistas. O Aditamento referido nesta cláusula deverá ser inscrito na JUCEC e registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, conforme previsto nas Cláusulas 2.1.2.1 e 2.1.2.2 acima.

4.7. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.7.1. A amortização do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ocorrerá na Data de Vencimento, ou na data prevista na Cláusula 4.6.4.2 acima na hipótese do exercício da Opção de Não Repactuação, sem prejuízo das hipóteses de resgate antecipado facultativo, amortização extraordinária facultativa e de vencimento antecipado previstas nesta Escritura de Emissão.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade ou Isenção Tributária

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) pela instituição financeira contratada para este fim, conforme o caso.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante até 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário e/ou pela Emissora.

4.8.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Liquidante ou o Escriturador Mandatário por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.8.2. Prorrogação de Prazos

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado, domingo ou, ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.8.3. Encargos Moratórios e Multa

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e independentemente dos prazos de cura mencionados nas Cláusulas 4.12.1 e 4.12.2, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados

pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento), sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "**Encargos Moratórios e Multa**").

4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, conforme o caso, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal "O Estado", observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação que fizer, na data da sua realização.

4.9.1.1. A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário, caso altere o jornal de grande circulação indicado na Cláusula 4.9.1 acima, após a Data de Emissão, informando o novo jornal que será utilizado.

4.10. Garantia Fidejussória

4.10.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade das obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão, o Fiador presta fiança em favor dos Debenturistas ("**Fiança**"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, ou seus sucessores a qualquer título, como fiador e principal pagador, solidariamente responsável com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, conforme os termos e condições abaixo.

4.10.2. O Fiador declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador e principal pagador, solidariamente responsável, pelo valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, o qual inclui (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, incluindo indenizações, custos ou despesas comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas

decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, nos termos desta Escritura de Emissão ("**Valor Garantido**").

4.10.3. O Valor Garantido será pago pelo Fiador em até 3 (três) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário, informando a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na respectiva data de pagamento, inclusive quando da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.12 abaixo, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, os montantes devidos aos Debenturistas em razão do saldo do Valor Nominal Unitário, dos Juros Remuneratórios ou de encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelo Fiador de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do ambiente da CETIP.

4.10.4. O Fiador expressamente renuncia a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("**Código de Processo Civil**").

4.10.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.10.6. O Fiador sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite do valor da dívida efetivamente honrada, sendo certo que o Fiador obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.10.7. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, do Valor Garantido.

4.10.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e o Fiador.

4.10.9. Na ocorrência da deterioração das condições financeiras, insolvência ou morte do Fiador, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário um fiador substituto no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência de tal fato por parte da Emissora.

4.10.9.1. A substituição do Fiador prevista na Cláusula 4.10.9 acima deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada

dentro do prazo de 30 (trinta) dias indicado na Cláusula 4.10.9 acima, nos termos do disposto na Cláusula 7 abaixo. Aprovada a matéria em Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá (a) formalizar a substituição do Fiador, por meio da celebração de um Aditamento, e (b) realizar o protocolo desse Aditamento (se for o caso) para registro na JUCEC em até 10 (dez) Dias Úteis contados do dia de sua assinatura.

4.10.9.2. O Aditamento mencionado na Cláusula 4.10.9.1 acima deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Eusébio e Fortaleza, ambas no Estado do Ceará, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados de seu arquivamento pela JUCEC. A Emissora entregará 1 (uma) via original registrada do referido Aditamento ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da efetiva realização de referidos registros.

4.10.10. Nos termos do artigo 1.647, III do Código Civil, a Cônjuge Anuente comparece neste ato, na qualidade de cônjuge do Fiador, para conceder a devida outorga conjugal à prestação da Fiança, autorizando, em caráter irrevogável e irretratável, o Fiador a praticar todos os atos e cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo a realização de quaisquer pagamentos em decorrência da Fiança.

4.11. Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária

4.11.1. O resgate antecipado facultativo das Debêntures poderá ocorrer a qualquer momento, a critério da Emissora, desde a Data de Emissão, com relação ao total ou parte das Debêntures ("**Resgate Antecipado**"). O Resgate Antecipado ocorrerá mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a data em que foi realizado o último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo resgate total ou parcial, sem qualquer acréscimo a título de prêmio de resgate, conforme procedimento adotado pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.11.1.1. O Resgate Antecipado ocorrerá mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.9.1 desta Escritura ou envio de comunicação dirigida aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP ("**Comunicação de Resgate**"), bem como deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data do efetivo Resgate Antecipado.

4.11.1.2. Na Comunicação de Resgate deverá constar: (i) a data do Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial e, neste último caso, a quantidade de Debêntures a ser resgatada; (iii) a menção de que o valor a ser pago em função do Resgate Antecipado será correspondente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados

pro rata temporis, desde a Data de Emissão ou desde a data em que foi realizado o último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a Data de Resgate Antecipado ("**Valor de Resgate**"); (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado; e (v) demais informações que forem necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas.

4.11.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos a serem indicados pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

4.11.3. No caso de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.11.3.1. O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP; ou (ii) por meio do Banco Liquidante, no caso de o Debenturista não ter suas respectivas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.11.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado nos termos previstos nesta cláusula deverão ser canceladas pela Emissora.

4.11.5. A amortização extraordinária facultativa das Debêntures poderá ocorrer a qualquer momento, a critério da Emissora, a partir da Data de Emissão ("**Amortização Extraordinária**"). A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis à realização do pagamento da Amortização Extraordinária, e limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a data em que foi realizado o último pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária, sem qualquer acréscimo a título de prêmio.

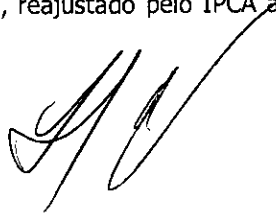
4.11.6. O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta cláusula, na data indicada na notificação enviada pela Emissora aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP, nos termos da Cláusula 4.11.5 acima, e deverá abranger todas as Debêntures, de forma proporcional, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou pelo Banco Liquidante e

Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Não obstante os procedimentos indicados na Cláusula 4.12.2 abaixo, o Agente Fiduciário, deverá declarar o imediato vencimento antecipado de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pelo Fiador, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis*, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável ("**Eventos de Inadimplemento Automáticos**"):

- (i) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures na respectiva data de vencimento, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, desde que não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado da data de vencimento;
- (ii) extinção, liquidação, dissolução, pedido de recuperação judicial, independente do deferimento do seu processamento, ou apresentação de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor, independente de sua homologação judicial, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros não elidido no respectivo prazo legal, de decretação de falência ou, ainda, ocorrência de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, requerido pela ou contra a Emissora ou qualquer de suas controladas ou, ainda, a decretação ou pedido de insolvência civil do Fiador;
- (iii) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora ou suas controladas, exceto (i) se respeitado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) pela incorporação de controladas da Emissora, de forma que a Emissora seja a incorporadora; ou (iii) pela cisão de controladas da Emissora, desde que a sociedade cindida e a sociedade que receber o respectivo patrimônio cindido sejam controladas da Emissora, conforme definição de "Controle" abaixo;
- (iv) a alteração, mudança ou transferência direta ou indireta do atual Controle acionário e/ou societário da Emissora e/ou de suas controladas e/ou subsidiárias, exceto se previamente autorizado por Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 7 abaixo. Para fins desta cláusula, entende-se por "**Controle**" a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) alienação, cessão e/ou qualquer outra forma de transferência de ativos da Emissora, sem a anuência dos Debenturistas, em valor unitário ou agregado igual ou superior R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, reajustado pelo IPCA a partir da Data de Emissão;



(vi) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, por suas controladas e/ou subsidiárias e/ou pelo Fiador, conforme aplicável, no mercado local ou internacional, desde que não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado do respectivo vencimento;

(vii) se a Fiança: (a) for objeto de questionamento; (b) for anulada, declarada nula, ou invalidada sob qualquer forma; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir, exceto se (i) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis contatos da ocorrência do fato, a Emissora submeter ao Agente Fiduciário, e for aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas, uma garantia real substituta, e referida garantia real substituta for validamente constituída e formalizada (inclusive com registros nos cartórios pertinentes) no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas que a aprovou, ou (ii) a Emissora apresentar um novo fiador, nos termos da Cláusula 4.10.9 acima;

(viii) não aprovação, pela Assembleia Geral de Debenturistas, de fiador substituto, no caso de deterioração das condições financeiras, insolvência ou morte do Fiador, nos termos da Cláusula 4.10.9 acima;

(ix) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, necessárias para o regular funcionamento e exercício das atividades da Emissora e/ou de qualquer do Fiador, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando a licenças ambientais, observado o disposto no item (xxii) da Cláusula 5.1 abaixo;

(x) (a) redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, ou (b) alteração de estatuto social da Emissora que implique expressamente na concessão de direito de retirada aos acionistas, ou (c) alteração do objeto social da Emissora que acarrete mudança nas suas principais atividades atuais ou que venha a agregar novos negócios que tenham prevalência, ou que possam representar desvios, em relação às atividades atualmente desenvolvidas;

(xi) transferência, qualquer forma de cessão, ou promessa de cessão, a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem prévia autorização dos Debenturistas;

(xii) transformação do tipo societário da Emissora, de forma que ela deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

(xiii) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Oferta Restrita (a) serem objeto de questionamento; ou (b) tornarem-se comprovadamente nulos, inexequíveis ou inválidos, nos termos da legislação aplicável;

(xiv) distribuição e/ou pagamento aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver em

mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto em lei;

(xv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias (que não aquelas descritas no item (i) desta cláusula) devidas pela Emissora, por suas controladas e/ou subsidiárias e/ou pelo Fiador, conforme aplicável, no mercado local ou internacional; e

(xvi) aplicação, pela Emissora, dos recursos oriundos obtidos com a Emissão em finalidade diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão.

4.12.1.1. Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 4.12.1 acima que não sejam sanadas nos respectivos prazos de cura, caso haja, o Agente Fiduciário deverá, assim que tomar ciência, declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir da Emissora e/ou do Fiador o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis*, nos termos da Cláusula 4.12.3 abaixo.

4.12.2. O Agente Fiduciário, nos termos previstos na presente Cláusula 4.12.2, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pelo Fiador, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis*, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, observado eventual prazo de cura aplicável e o disposto no item 4.12.2.1. abaixo, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("**Eventos de Inadimplemento Não Automáticos**") e, juntamente com os Eventos de Inadimplemento Automáticos, os "**Eventos de Inadimplemento**"):

(i) (a) ocorrência de protesto de títulos, contra a Emissora e/ou o Fiador, ou (b) caso a Emissora e/ou o Fiador seja inscrito em qualquer cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, como SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo (CCF) ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil, em qualquer uma das hipóteses envolvendo valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, reajustado pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo ("**IPCA**") a partir da Data de Emissão, salvo se no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva ocorrência (X) o protesto ou a inscrição seja cancelada ou sustada; ou (Y) sejam prestadas garantias suficientes para cobrir o respectivo débito em juízo;

(ii) descumprimento, pela Emissora e/ou pelo Fiador, de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura, desde que não sanado em prazo de cura específico previsto para a referida obrigação ou,

na ausência de prazo específico, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;

(iii) caso as declarações feitas pela Emissora e/ou pelo Fiador nos documentos da Emissão e/ou da Oferta Restrita, de qualquer forma, provem-se falsas ou enganosas;

(iv) revelarem-se incorretas, inconsistentes, imprecisas, insuficientes ou incompletas quaisquer das declarações ou garantidas prestadas pela Emissora e/ou pelo Fiador no âmbito da Emissão;

(v) existência de decisão judicial transitada em julgado e/ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso, contra a Emissora e/ou o Fiador, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA;

(vi) prestação de outras garantias fidejussórias pelo Fiador ou criação de quaisquer ônus ou gravames sobre quaisquer ativos, bens, direitos, receitas (incluindo, sem limitação, alienações fiduciárias de ativos, tais como de recebíveis e contas bancárias) e/ou ações de emissão da Emissora e/ou pelo Fiador, conforme aplicável, em que o valor unitário ou agregado das respectivas obrigações garantidas seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, reajustado pelo IPCA a partir da Data de Emissão, com exceção de garantias prestadas (a) no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Idibra Participações S.A., celebrado em 22 de setembro de 2014, entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o Fiador e o Cônjuge Anuente; ou (b) em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de agentes financeiros e instituições financeiras repassadoras de recursos destinados ao desenvolvimento regional ou fomento de atividades do setor da Emissora ou de agências de fomento, independentemente do valor envolvido; e

(vii) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou, de qualquer modo adquirir, compulsoriamente a totalidade ou parte substancial dos ativos ou propriedades da Emissora e/ou do Fiador, ou das ações do capital social da Emissora e/ou do Fiador.

4.12.2.1. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contado da data em que constatar sua ocorrência, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 7 desta Escritura de Emissão. Na Assembleia Geral

de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto à não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ou em caso de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.12.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da Cláusula 4.12.1 ou da Cláusula 4.12.2, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora e ao Fiador, com cópia para o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 1 (um) Dia Útil a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, ou o Fiador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*.

4.12.4. No mesmo prazo de até 1 (um) Dia Útil indicado na Cláusula 4.12.3 acima, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário deverão ser comunicados sobre o pagamento referido na Cláusula 4.12.3 acima.

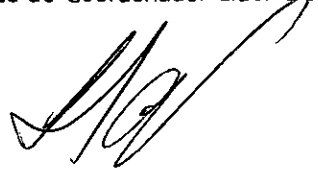
4.12.5. Caso a Emissora não proceda ao pagamento na forma estipulada na Cláusula 4.12.3 acima, serão também acrescidos ao Valor Nominal Unitário os Encargos Moratórios e Multa, incidentes desde a data da impontualidade no pagamento das obrigações pecuniárias da Emissora, até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima, além dos Juros Remuneratórios.

5. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA


5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, bem como nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora, relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes, por escrito e de forma justificada, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (1) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão, (2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora e/ou do Fiador perante os Debenturistas, e (3) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora;

- (b) notificação da convocação, se houver, de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, além de cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 7 (sete) Dias Úteis após sua realização, observado o disposto no item (e) abaixo;
- (c) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nas Cláusulas 4.12.1 e 4.12.2 acima, em até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência; e
- (d) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam prejudicar o interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros da Emissora, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício da Emissora e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício à auditoria, por auditor independente registrado na CVM e encaminhar tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos do item (i)(a) acima;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e



- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) os documentos e informações exigidas por esta entidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) as demais informações e documentos necessários para atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a Oferta Restrita, nos termos da Cláusula 7 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio dos documentos e prestação das informações que lhe forem solicitadas, no prazo determinado pela referida autarquia;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar, em até 1 (um) Dia Útil da respectiva ocorrência, o Agente Fiduciário sobre (a) qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora; (b) a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento; ou (c) qualquer fato relevante, evento ou situação, que seja do seu conhecimento e que possa vir a afetar o desempenho financeiro ou operacional da Emissora e/ou afetar negativamente a capacidade da Emissora de efetuar o pontual cumprimento das suas obrigações aqui previstas, no todo ou em parte;
- (xi) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da Oferta Restrita, incluindo da distribuição das Debêntures e aqueles relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Oferta Restrita, tais como esta Escritura de Emissão, os Aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário;
- (xiv) efetuar o tempestivo recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade legal da Emissora;



(xv) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;

(xvi) manter contratados, durante toda a vigência das Debêntures, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário (ou os respectivos sucessores, no caso de substituição) e os sistemas de negociação das Debêntures na CETIP, mantendo as Debêntures registradas, durante toda a sua vigência, na CETIP;

(xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;

(xviii) enviar o organograma societário, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("**Instrução CVM 28**"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório anual na CVM. O organograma do grupo societário da Emissora deverá conter os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e informações sobre o bloco de controle, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social;

(xix) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;

(xx) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta Restrita sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 3.8;

(xxi) manter, ou fazer com que sejam mantidas, válidas e regulares as licenças, autorizações ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao regular funcionamento e boa condução dos negócios da Emissora;

(xxii) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade e/ou exequibilidade das Debêntures e das Garantias; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;

(xxiii) arquivar a ata da AGE na JUCEC e publicá-la no (a) Diário Oficial do Estado do Ceará e (b) no jornal "O Estado", em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;

(xxiv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitados;

(xxv) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**");

(xxvi) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM ("**Comunicação de Encerramento**"), salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;

(xxvii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;

(xxviii) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e necessárias para execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial;

(xxix) comunicar em até 1 (um) Dia Útil ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua capacidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;

(xxx) não celebrar qualquer instrumento público ou particular com o objetivo de contrair novos endividamentos dos seus acionistas ou de quaisquer pessoas que detenham participação direta ou indireta nos seus acionistas, incluindo contratos de empréstimo, aditamentos a contratos de empréstimo atualmente em vigor, emissões de títulos e valores mobiliários, dentre outros; e

(xxxi) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476, seja por meio físico ou eletrônico.

5.2. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.3. O Fiador obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário informações sobre quaisquer descumprimentos de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, contado da data em que tomar ciência de tal descumprimento;
- (ii) notificar, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.
- (iii) fornecer ao Agente Fiduciário quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, relacionadas ao cumprimento das suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido pelo Agente Fiduciário;
- (iv) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pelo Fiador;
- (v) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pelo Fiador tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- (vi) não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures, sem a prévia e expressa aprovação dos Debenturistas;
- (vii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitados; e
- (viii) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400.

6. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

6.1.1. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da



Instrução CVM 28 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

(ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

(iii) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;

(iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(vii) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(viii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(ix) que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;

(x) estar ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;

(xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;

(xii) que verificou que o prazo para constituição da Fiança está previstos na Cláusula 2.1.2.2 desta Escritura de Emissão, de acordo com os termos previstos aqui; e

(xiii) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("**1ª Emissão da Emissora**"), com vencimento em 08 de outubro de 2017, em que foram emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento no âmbito da 1ª Emissão da

Emissora. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora eram garantidas por garantia fidejussória do Fiador, conforme previsto na escritura de emissão das debêntures da 1ª Emissão da Emissora.

6.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

6.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Se a Assembleia Geral de Debenturistas não for convocada em até 15 (quinze) dias de antecedência ao fim do prazo acima previsto, caberá à Emissora convocá-la.

6.3.1. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

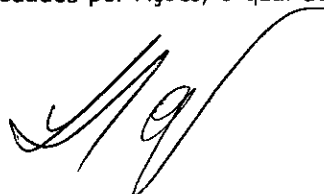
6.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento, que deverá ser averbado na JUCEC e nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos.

6.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.

6.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

6.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e dos Aditamentos, conforme o caso, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e nos termos da legislação aplicável, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades de que tenha conhecimento;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da Fiança, inclusive em relação ao prazo previsto para tanto, bem como do valor dessa garantia, observando a manutenção de sua respectiva suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora, a expensas da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, a expensas desta;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura de Emissão, a expensas da Emissora;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, se aplicável, e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta Restrita;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança, prestada nos termos das Cláusulas 4.10 acima;
 - (k) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (l) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;



(d) na CETIP; e

(e) na sede do Coordenador Líder;

(xv) publicar, em conjunto com a Emissora, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza e os Debenturistas, após a subscrição e integralização ou aquisição das Debêntures, autorizarão o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas, nos termos e nos limites previstos nesta Escritura de Emissão;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

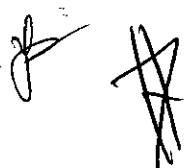
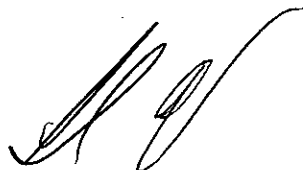
(xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xix) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado diariamente o cálculo do valor unitário realizado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br; e

(xx) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

6.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

(i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;



- (ii) executar a Fiança, aplicando o produto no pagamento integral dos valores devidos aos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

6.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 6.5(i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 6.5(v) acima.

6.7. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor, desta Escritura de Emissão e do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, correspondentes a parcelas anuais no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada, a título de remuneração, sendo a primeira parcela devida até o 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão e, os demais pagamentos, devidos nas mesmas datas dos anos subsequentes.

6.7.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes correspondentes ao pagamento.

6.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 6.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, ou na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata a Cláusula 6.7 acima, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

6.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.7.4. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de agente fiduciário, desde que sejam apresentados os documentos respectivos, conforme sejam comprovadamente necessárias para o exercício de referida função e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, tais como publicações em geral, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, viagens,

alimentação, transporte e estadias, despesas com especialistas, incluindo auditoria e/ou fiscalização, entre outras, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.7.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos (a) a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, o qual será atualizado pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.7.6. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado das Debêntures em Circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá devolver, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate, à Emissora. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, os quais serão atualizados pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, sendo que a contagem de mora ocorrerá desde a data de inadimplência, por meio de notificação escrita da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), desde que notificado expressamente pela Emissora, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e (b) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, os quais serão atualizados pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*, sendo que a contagem de mora ocorrerá desde a data de inadimplência, por meio de notificação escrita da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

6.7.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário comprometem-se a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

6.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente, por meio documental, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.8.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação de cópia dos documentos comprobatórios. D

ressarcimento a que se refere a Cláusula 6.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

6.8.2. Tais despesas a serem adiantadas ou reembolsadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

6.8.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente ressarcidas pela Emissora.

6.8.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 20 (vinte) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamentos aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.8.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

6.8.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas Garantias, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.7. Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

7. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**").

7.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas à convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

7.5. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 7.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.5.1. Não se aplica o *quorum* a que se refere à Cláusula 7.5 acima:

- (i) aos casos em que haja *quorum* expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) às alterações (a) de *quorum* previsto nesta Escritura de Emissão e das regras aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas; (b) dos Juros Remuneratórios; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer Evento de Inadimplemento, (h) do resgate antecipado facultativo e da amortização extraordinária facultativa, e (i) das condições da garantia prevista na Cláusula 4.10, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento deverá ser deliberado de acordo com o quórum previsto na Cláusula 7.5 acima.

7.6. Para os fins de cálculo do *quorum* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "**Debêntures em Circulação**" significa todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ao Fiador ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.7. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que, nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, salvo nos casos em que a presença da Emissora seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que a presença dos representantes legais da Emissora será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.11. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DO FIADOR

8.1. Sem prejuízo das demais declarações contidas nesta Escritura de Emissão, a Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (v) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, sua celebração e a distribuição das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, incluindo índices financeiros previstos em tais contratos ou instrumentos, conforme aplicável, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou decorrentes da celebração desta Escritura de Emissão e da distribuição das Debêntures; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (a) a inscrição desta Escritura de Emissão e da ata da AGE na

JUCEC, (b) o registro desta Escritura de Emissão nos cartórios de títulos e documentos competentes e (c) o registro das Debêntures na CETIP;

(vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;

(viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP;

(ix) as demonstrações financeiras da Emissora datadas de 31 de dezembro de 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;

(x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão;

(xi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(xii) está adimplente com as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;

(xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

(xiv) está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam necessárias para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

(xv) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;

(xvi) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(xvii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura de Emissão;

(xviii) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis;

(xix) cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde e segurança;

(xx) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra si que possam afetar o cumprimento das obrigações ora assumidas;

(xxi) mantém um sistema de controle interno de contabilidade suficiente para garantir razoavelmente que: (a) as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais e específicas de sua administração; e (b) as operações sejam registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas em sua jurisdição e para manter contabilidade de seus ativos;

(xxii) não omitiu do Coordenador Líder nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento;

(xxiii) todas as informações (consideradas como um todo) prestadas ao Coordenador Líder anteriormente, ou concomitantemente, à presente data, para fins de análise e aprovação da emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

(xxiv) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição; e

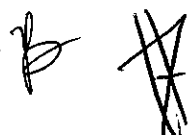
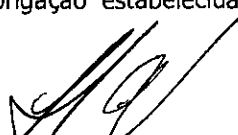
(xxv) não há, nesta data, quaisquer títulos de sua emissão ou sacados contra si que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados e não pagos.

8.2. O Fiador declara e garante que:

(i) é legalmente capaz para celebrar esta Escritura de Emissão e está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações principais e acessórias aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;

(ii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(iii) a celebração desta Escritura de Emissão e a prestação da Fiança não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual o Fiador seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses



contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Fiador, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(iv) suas propriedades estão de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor; não há quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra si, nos termos de qualquer lei ambiental;

(v) declarou e pagou todos os tributos e contribuições previdenciárias, juntamente com todos os juros e penalidades quando aplicáveis;

(vi) cumpre todas as leis e regulamentos trabalhistas e previdenciários aplicáveis (inclusive dissídios coletivos), relativos a todos os seus empregados, inclusive, sem limitação, aqueles relativos a salários, jornada de trabalho, práticas trabalhistas equitativas, saúde e segurança;

(vii) cumpre todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação àquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;

(viii) não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias que possam afetar o cumprimento das obrigações ora assumidas; e

(ix) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Idibra Participações S.A.

Rodovia BR 116, Km 18, s/n, Edifício M. Dias Branco, 1º andar, bairro Jaboti

CEP 61760-000, Cidade de Eusébio, Estado do Ceará

At.: Marcos Antonio Magalhães Borges

Tel: + 55 (85) 4008-5522

Fax: + 55 (85) 4008-5501

e-mail: e-mail: marcos.borges@dibra.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, 4.200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304

CEP 22.640-102, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
At.: Sras. Nathalia Machado, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira
Tel: + 55 (21) 3385-4565
Fax: + 55 (21) 3385-4046
e-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para o Fiador e a Cônjuge Anuente:

**Francisco Ivens de Sá Dias Branco e Maria Consuelo Saraiva Leão
Dias Branco**

Avenida Beira Mar, nº 3500, apto nº 1600, Bairro Meireles
CEP 60165-121, Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará
Tel: + 55 (85) 4008-5522
Fax: + 55 (85) 4008-5501

(iv) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar
CEP 20031-170 – Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar,
CEP 01452-000 – Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou, ainda, por e-mail enviado aos endereços indicados acima com o respectivo "aviso de recebimento".

9.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais partes.

9.5. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por "**Dia Útil**" qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de "**Dia Útil**", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

9.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.8. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

9.9. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

9.10. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

9.11. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como dos Aditamentos e dos atos societários relacionados à Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

9.12. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões.

9.13. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.14. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Oferta Restrita que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos

artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não decorra da legislação aplicável.

9.15. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10. FORO

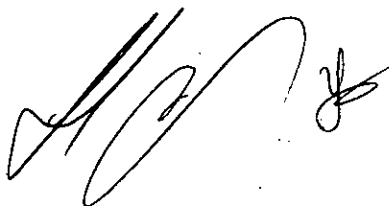
10.1. Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Fortaleza, 17 de julho de 2015.

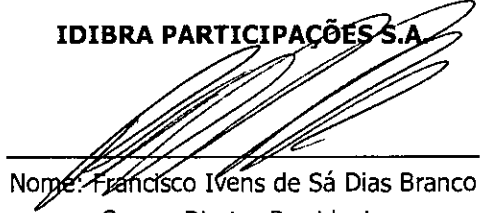
[remanescente intencionalmente deixado em branco]

[assinaturas na página seguinte]

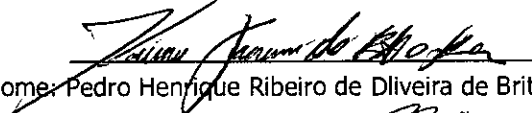
A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.A small, stylized handwritten signature or mark in black ink, located in the bottom right corner of the page.

[Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Idibra Participações S.A., celebrada em 17 de julho de 2015.]

IDIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: Francisco Ivens de Sá Dias Branco
Cargo: Diretor Presidente

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Pedro Henrique Ribeiro de Oliveira de Brito e Silva
Cargo: Gerente de Estruturação

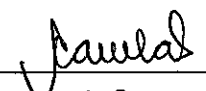
Pedro Silva
procurador


FRANCISCO IVENS DE SÁ DIAS BRANCO


MARIA CONSUELO SARAIVA LEÃO DIAS BRANCO

Testemunhas:

1.


Nome: Camila de Souza
CPF: 117.043.127-52
RG: 21.530.788-5

2.


Nome: Yurley Rueda
CPF: 724.757-073-0